

LANÇAMENTO

Entre suas inúmeras contribuições, está o **BNH** e a **Lei das S.A.**

JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA

“Funcionário público” exemplar e barato

FOTOS CPDOC

Obra resgata história do advogado que fundou as bases do Estado brasileiro

RICARDO REGO MONTEIRO
RIO DE JANEIRO

Houve um tempo em que o Brasil era o país que crescia fantásticos 10% ao ano, a reboque de um milagre econômico decantado como obra acabada dos czares de Brasília. Dito hoje, 40 anos depois, a História pode suscitar incredulidade em gerações acostumadas aos portentosos indicadores asiáticos. Décadas antes, era o Brasil Grande — e não os prodigiosos tigres econômicos — que galvanizava a admiração global, como um laboratório a céu aberto de desenvolvimento e indicadores bem-sucedidos. Um Brasil de Roberto Campos e Delfim Netto, mas também de coadjuvantes silenciosos como José Luiz Bulhões Pedreira, cujo legado fundou as bases deste milagre.

Jurista, pouco afeito aos holofotes, Bulhões Pedreira tornou-se conhecido como o Pai da Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76), elaborada em parceria com o advogado Alfredo Lamy Filho. Ao contrário de reconhecer a contribuição intelectual de um brasileiro que — nas palavras do próprio filho, o também advogado Carlos Eduardo Bulhões Pedreira — dedicou incontáveis horas e dias a serviço do Brasil, o epíteto esconde, na verdade, a vasta contribuição de quem pode ser considerado um dos mais prolíficos construtores do Estado moderno brasileiro.

Para reparar a injustiça, os jornalistas Luiz Cesar Faro, Coriolano Gatto e Rodrigo de Almeida — editor executivo do **Jornal do Brasil** — lançam “José Luiz Bulhões Pedreira — A Invenção do Estado Moderno Brasileiro”, hoje (8), às 9h30, no edifício-sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Com 280 páginas distribuídas em 39 capítulos, o livro revela a contribuição do jurista ao longo de quatro décadas de uma carreira iniciada no antigo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e abreviada apenas com sua morte, aos 82 anos, no dia 24 de outubro de 2006.

“Bulhões Pedreira é o mais ilustre dos desconhecidos entre os construtores do Estado moderno brasileiro”, escrevem os autores no prefácio da obra, constituída a partir de 35 depoimentos de parceiros e interlocutores como o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, o banqueiro Theophilo de Azeredo Santos e os advogados Sérgio Bermudes, Paulo Aragão e Jorge Hilário Gouvêa Vieira. “O mérito dos autores foi ter escrito um livro que não se limita ao relato biográfico, mas ter construído uma obra que constitui um período funda-



Acima, o biografado com o ex-ministro Raphael de Almeida; abaixo, Pedreira com seu colega Alfredo Lamy Filho: contribuição importante, mas pouco conhecida

mental da história do Brasil. É um livro de História do Brasil”, exalta o advogado Carlos Eduardo Bulhões Pedreira.

Banco Central e BNH

No texto de apresentação, Almeida Magalhães não se furta a reconhecer Bulhões Pedreira como o responsável por “um conjunto de medidas que está na raiz do crescimento econômico de 10% ao ano, entre 1968 e 1978”, no Brasil. Além da própria Lei das S.A., elaborada a pedido do então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, Almeida Magalhães enumera o Sistema Nacional de Habitação — e o antigo Banco Nacional de Habitação (BNH) —, a correção monetária, o Imposto de Renda e até mesmo o Banco Central como obras não reconhecidas da lavra do jurista.

Para o filho, o caráter tão reservado quanto formal de Bulhões Pedreira teria contribuído de forma decisiva para lhe dificultar o reconhecimento público. Por outro lado, teria sido determinante para lhe assegurar a sobrevivência na vida pública. “Ele mesmo costumava dizer que bom era trabalhar nos bastidores — relata Carlos Eduardo Bulhões Pedreira. “Ele nunca gostou de exercer cargos públicos. Sempre declinou dos convites que teve. Por isso é que sobreviveu por tanto tempo”.

Curiosamente, boa parte do legado do jurista foi constituído a partir de trabalhos não remunerados, concluídos como favores a amigos como o ex-ministro da Fazenda Roberto Campos. A idios-

sincrasia lhe valeu do próprio o jocoso epíteto de “funcionário público mais barato do Brasil”.

Para se ter dimensão da importância de tal legado, a Lei das S.A. criou condições para que empresas brasileiras tivessem no mercado de capitais uma fonte de recursos que lhes garantisse condições de responder às demandas de um País que crescia a toque de caixa. Como lembra Almeida Magalhães, no texto de apresentação do livro, às empresas eram reservadas duas opções naqueles anos: depender dos favores oficiais ou se associar, nem sempre de forma vantajosa, ao capital estrangeiro.

“Bulhões sabia do frágil grau de capitalização das empresas nacionais, na maioria sob controle familiar, dependentes, para criarem musculatura do ponto de vista do capital, em última instância, dos favores do governo ou de associações complexas com o capital estrangeiro”, testemunha Almeida Magalhães na apresentação.

Advogado de formação, especialista em direito tributário, Bulhões Pedreira nutria paixão pelo Imposto de Renda. A partir de pareceres e leis de sua autoria, foram fundadas as bases do atual Imposto de Renda. O jurista via em um sistema progressivo de tributação o instrumento para o Estado promover desenvolvimento e distribuição de renda. “Essa paixão só mudou quando começou a trabalhar na Lei das S.A., que o tornou aficionado pelo mercado de capitais”, relata Carlos Eduardo Bulhões Pedreira.

